CONCURSO PÚBLICO N.º CPU/16/DGE/2023

(PREDEP 52138/2023 – PROC 6643/2023)

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de material diverso para os eventos do Desporto Escolar

Classificação CPV: 39290000-1 – Acessórios diversos

Cláusula1.ª

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento por concurso público que tem por objeto principal a aquisição de material diverso para os eventos do Desporto Escolar, de acordo com as especificações que consta no número dois da presente cláusula.
2. Os bens objetos considerados no âmbito do presente procedimento deverão obedecer às seguintes quantidade e especificações técnicas mínimas obrigatórias:

   2.1. Fitas de pescoço em lanyard de pescoço em 20 x 530 mm, com um mosquetão metálico, em tecido de Poliéster sublimado com impressão de alta qualidade em ambos os lados, com imagem do desporto escolar a 5 cores – 14.250 unidades;

   2.2. Prancheta em madeira A4 com mola metálica, com logotipo do desporto escolar impresso numa das faces (costas) em monocromático – 2.600 unidades;

   2.3. Mochila compartimentos - interior forrado - 340x460x180mm (impressão logo DE monocromático) – 3.500 unidades;

   2.4. Coletes de cavas tamanho de adulto, tecido perfurado anti-transpirante, para identificar modalidades/desporto 4 cores diferentes (amarelos, Laranja, verdes, azuis) – 1.500 unidades;

   2.5. Saco/mochila polyester com cordão (340 x 420 mm), com logotipo do desporto escolar impresso em monocromático – 1.500 unidades;

   2.6. Bonés com pala, tecido de algodão e ajustável atrás, com logotipo do desporto escolar impresso a 5 cores – 1.500 unidades;

   2.7. Mochila compartimentos diversos, transporte de computador, costas reforçadas, tecido impermeável, interior forrado - 340x460x180mm, com impressão logo DE monocromático – 1.000 unidades;

2.8. Caneta escrita azul forrada a cortiça, com ponta borracha, com impressão logo DE monocromático – 2.000 unidades;

2.9. Mochila de viagem com compartimentos - interior forrado, diferentes compartimentos interiores e 3 compartimentos exteriores com fecho ziper, com costas reforçadas e alças confortáveis e almofadadas- 340x460x180mm, com impressão logo DE monocromático - 120 unidades;

2.10. Pin metálico com bandeira de Portugal 2 cm de diâmetro em resina – 900 unidades;

2.11. Pin redondo emborrachado, em resina, 3cm diâmetro lodo DE a 5 cores – 900 unidades;

2.12. Galhardetes em borracha entre os 10x13cm com impressão a cores dos 2 lados (DE+Portugal e FISEC – 250 unidades;

2.13. Bolsa porta documentos (passaporte+bilhete) poliéster com fecho a velcro – 120 unidades;

2.14. Pulseiras de silicones 2 cm de largura, cores florescentes (5 cores diferentes) com gravação em alto relevo (DE Portugal) – 1.800 unidades;

2.15. Chapéu de palha (zelio) com fita de cor personalizada/sublimada com logotipo do DE Portugal + ISF – 120 unidades;

2.16. Toalhas microfibra 1200 mm x 1000 mm com logotipo do DE Portugal bordado – 100 unidades;

2.17. Bolsa porta documentos (passaporte + bilhete) poliéster com logotipo do DE Portugal estampado – 100 unidades;

2.18. Porta-chaves em Eva (cores vermelho e verde) 5x5cm com impressão 2 lados (DE Portugal) – 250 unidades;

2.19. Boina portuguesa, tecido em ganga, elástico ajustável com logotipo DE Portugal bordado na lateral – 100 unidades;

2.20. Galhardetes em borracha Portugal + ISF (13 x 8 cm) - 800 unidades;

2.21. Capa porta-documentos polyester, personalizado com logotipo do DE em monocromático - 250 unidades;

2.22. Bloco Notebook capa em cortiça com logo em alto relevo folha branca A5 – 250 unidades;

2.23. Tapete de rato com apoio de punho em silicone, personalizado com logotipo do DE a cores – 250 unidades;

2.24. Pin metálico com revestimento a resina, modelo oval com logo DE a cores com 2cm de diâmetro – 1.000 unidades;

2.25. Saco reutilizável em pano cru 100% algodão 38x42cm, com 2 alças – 600 unidades;

2.26. Apito em plástico, personalizado com logotipo do DE em monocromático, com fita de silicone em espiral de pulso, 4 cores diferentes – 1.000 unidades;

2.27. Insígnias/emblemas em tecido bordado a cores, dimensão 64 x 75 mm, em formato de escudo, de longa durabilidade, gramagem de 180g/m2, com velcro no verso, nível II – 4.000 unidades; nível III – 1.000 unidades e nível IV – 200 unidades;

2.28. Elástico preto com velcro cozido na união final e uma aplicação de velcro centrado com o velcro de fecho 32 x 8 cm – 4.000 unidades;

2.29. Estojo rígido de 30x22x6cm, design em concha e com fecho ziper, interior forrado com bolso em malha e elástico para guardar material de arbitragem – 300 unidades;

2.30. Moeda em plástico tamanho de referência 2cm (moeda 0,50 cêntimos), personalizado num dos lados com logotipo do DE em tampografia, cor verde – 400 unidades;

2.31. Pin metálico com resina epoxy. Personalização bandeira de Portugal Retangular (20 x 15mm, 25 x 15mm) - 1.000 unidades;

2.32. Pin metálico com resina epoxy. Personalização logotipo do Desporto Escolar Oval (25 x 18mm). - 1.000 unidades;

2.33. Crachá 5 cm diâmetro (ISF + DE Portugal a cores) – 600 unidades;

2.34. Bastões LDPE com válvula de insuflar (impressão palavra Portugal) - conjunto de 2 (vermelho + verde) – 300 unidades de cada cor;

2.35. Bandeira Portugal poliéster 21 x 30 cm com bastão– 200 unidades;

2.36. Bandeira Portugal poliéster 80 x 1,60 cm - 200 unidades;

2.37. Cachecol em malha com imagem de Portugal e do desporto escolar, cores da bandeira nacional 1350 mm x 200mm – 200 unidades;

2.38. Mão de animação LDPE, válvula de insuflar (cor vermelha e verde) – 200 unidades;

2.39. Óculos de sol com bandeira de Portugal – 200 unidades;

2.40. Lenço poliéster, vermelho e verde 120x 80 cm – 100 unidades;

2.41. Lenço poliéster, vermelho e verde 100x 70 cm – 100 unidades;

2.42. Pulseira em tecido com impressão digital confecionadas em poliéster acetinado e impressas frente e verso 38x1,6cm, fechadas com lacre plástico – 1.000 unidades;

2.43. Todos os materiais deverão ser produzidos e entregues no 5.º piso das instalações da DGE, na Avenida 24 de julho, 140, 1399-025 Lisboa, até ao dia 15 de dezembro de 2023.

Cláusula 2.ª

Forma e documentos contratuais

1. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
   c) O presente caderno de encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma.
4. Além dos documentos referidos no n.º 2, o adjudicatário obriga-se igualmente a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 3.ª

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 4.ª

Local, forma e duração do contrato

1. O contrato que vier a ser celebrado produzirá efeitos a partir da sua assinatura vigorará até ao último dia da entrega dos bens.

2. Todos os materiais deverão ser entregues nos locais e de acordo com a informação que consta na Cláusula 1.ª do presente Caderno de Encargos. As moradas serão disponibilizadas atempadamente pela Divisão do Desporto Escolar.
3. Excetuam-se do prazo estabelecido no número anterior da presente cláusula, as obrigações acessórias que, nos termos legais ou contratuais, devam subsistir para além da cessação do contrato.

Cláusula 5.ª

Preço base

O preço base, para efeitos do presente procedimento, corresponde a 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 6.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela DGE no âmbito do contrato serão pagas nos termos constantes nos números seguintes.
2. Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção, pela DGE, das respetivas faturas, as quais apenas podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva com base em folhas de obra assinadas por ambas as partes, onde conste os bens e o total de número de horas.
3. Não são, em caso algum, concedidos adiantamentos.
4. Em caso de discordância por parte da DGE, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas devem conter obrigatoriamente o n.º de compromisso gerado pela entidade adjudicante, nos termos da lei, bem como descrever o bem, a quantidade e o nome do evento.
6. Desde que regularmente emitidas, e observado o disposto nos números precedentes, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o IBAN indicado pelo adjudicatário mediante preenchimento da ficha de fornecedor.

Cláusula 7.ª

Obrigações do adjudicatário

São obrigações do adjudicatário, além de outras decorrentes do estabelecido nas peças do presente procedimento e na legislação aplicável, os que seguidamente se enunciam e que devem ser objeto de cláusulas específicas a incluir no contrato a celebrar:

a. Assegurar a prestação de bens, conforme definido no presente caderno de encargos e seus anexos, bem como nos demais documentos contratuais;
b. Comunicar, antecipadamente, à DGE qualquer facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação de qualquer dos bens objeto do presente procedimento, ou implique o incumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
c. Não alteração das condições subjacentes à prestação de serviço acordada entre as partes, através da celebração de contrato escrito entre as mesmas, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
d. Assegurar todos os meios humanos e materiais que se demonstrem necessários e indispensáveis à execução do contrato;
e. Assegurar, de forma correta e fidedigna, as informações referentes às condições em que a prestação dos bens será executada, disponibilizando todos os esclarecimentos que se justifiquem e no prazo indicado pela DGE;
f. Não cessão da sua posição contratual, sem prejuízo do disposto na cláusula 13.ª do presente caderno de encargos;
g. Comunicar qualquer facto que, ocorrendo durante a execução do contrato, se demonstre relevante para a normal prestação dos bens e para a execução contratual, nomeadamente, a alteração da denominação social ou dos seus representantes legais;
h. Para efeitos da realização da presente prestação de serviços deve ser dado cumprimento ao artigo 419º-A do CCP, se aplicável.

Cláusula 8.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas, licenças ou outros direitos similares.
2. Caso a DGE venha a ser demandada por ter infringido, em resultado da execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 9.ª

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Cláusula 10.ª

Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a quaisquer informações de que venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da DGE, em virtude da aquisição dos bens objeto do presente contrato.
2. Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior, a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de bens ou que este seja obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

Regulamento de Proteção de Dados

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados ("Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados") e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito ou para efeitos da prestação dos Bens, nomeadamente, dados pessoais de clientes, trabalhadores, colaboradores e prestadores de bens da DGE.
2. As partes reconhecem e aceitam que, relativamente a todos os dados pessoais a que O adjudicatário tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela DGE para efeitos da prestação dos Bens:
   a. A DGE atuará na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados (tal como definido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), determinando as finalidades e os termos do tratamento desses dados pelo adjudicatário;
   b. O adjudicatário atuará na qualidade de entidade subcontratante (tal como definido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), tratando os dados pessoais em estrita observância das instruções da responsável pelo tratamento desses dados;
   c. Entende-se, para este efeito, que tratamento de dados pessoais são as operações, com ou sem recurso a meios automatizados, efetuadas sobre os dados pessoais dos trabalhadores da DGE, incluindo a recolha, o registo, a organização, o armazenamento, a adaptação ou a alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação, a transferência e/ou a disponibilização a terceiros, o alinhamento, a combinação, o bloqueamento, o apagamento e a destruição dos dados suprarreferidos;
3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra

pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela responsável dos tratamentos de dados ao abrigo do presente Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, por aquela responsável ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.

4. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no presente Contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
   a. Tratá-los apenas de acordo com as instruções da DGE, única e exclusivamente, para efeitos da presente prestação dos bens, cumprindo-se as obrigações estatuídas sobre proteção de dados;
   b. Prestar à DGE toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do presente Contrato e manter a DGE informada em relação ao tratamento de dados pessoais;
   c. Prestar assistência à DGE, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar as obrigações referentes à notificação de violações de dados pessoais, designadamente através da comunicação sempre que que possível até 72 horas subsequentes ao conhecimento (da ocorrência) de qualquer violação de dados pessoais que ocorra, prestando ainda colaboração à DGE na adoção de medidas de resposta ao incidente, na investigação do mesmo e na elaboração das notificações que se mostrem necessárias nos termos da lei;
   d. Colaborar com a DGE tendo em conta a natureza do tratamento e, na medida do possível adotar as medidas técnicas e organizativas referidas nesta Cláusula, onde se incluem a cifragem ou a pseudonimização aos dados pessoais para reduzir os riscos para os titulares de dados em questão, não excluindo outras eventuais medidas de proteção de dados, e permitindo-se que estas cumpram a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício, por estes, dos seus direitos nos termos da lei;
   e. Não comunicar dados pessoais a terceiros e a prestadores de bens não autorizados ou não indicados pela DGE;
   f. Consoante a escolha da DGE ou do titular eliminar ou devolver os dados pessoais no momento da cessão do Contrato, apagando quaisquer cópias existentes, exceto se a conservação ou a transmissão dos dados for exigida por lei;
   g. Manter registos das atividades de tratamento de dados realizadas em nome da DGE ao abrigo do presente Contrato, segundo os requisitos previstos na lei;
   h. Cumprir todas as demais disposições legais no que respeita ao registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais previstas na lei;

i. Não os transferir para fora do Espaço Económico Europeu, sem o consentimento prévio por escrito da responsável pelo tratamento dos dados;

j. Disponibilizar ao responsável pelo tratamento dos dados todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na lei no respetivo âmbito e facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor por este mandatado;

k. Assegurar que o pessoal autorizado a tratar de dados pessoais assume um compromisso de confidencialidade e que conhece e se compromete a cumprir todas as obrigações aqui previstas.

5. O adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da DGE contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O adjudicatário concorda com o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do presente Contrato será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações aqui assumidas pelo adjudicatário.
8. O adjudicatário obriga-se a comunicar ao responsável pelo tratamento dos dados qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.
9. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a DGE vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação das normas legais aplicáveis e ao disposto no presente Contrato, quando tal violação seja imputável ao adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.
10. O adjudicatário, fica autorizado a recorrer à subcontratação de um terceiro para colaboração na prestação dos bens, obrigando-se, porém, a assegurar que o mesmo cumprirá o disposto na legislação aplicável, devendo tal obrigação constar de contrato escrito que, para o efeito, se obriga a celebrar com esse terceiro, e bem assim assegurando-se o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 e demais legislação aplicável relativa a Dados Pessoais, vinculando suas ações à essência, natureza e finalidades da presente disposição contratual, no estrito cumprimento do dever de sigilo e de confidencialidade.

11. O adjudicatário, sempre que a DGE receber um pedido de acesso ou retificação de dados pessoais ou uma oposição ao seu tratamento por parte dos seus titulares dos dados, deverá prestar assistência à responsável pelo tratamento dos dados através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares, tendo em vista o exercício dos seus direitos legais.

Cláusula 12.ª

Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
   a) Acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
   b) Decisão judicial ou arbitral, exceto nos casos em que a modificação interfira com o resultado do exercício da margem de livre decisão administrativa subjacente ao mesmo ou implique a formulação de valorações próprias do exercício da função administrativa;
   c) Ato administrativo do contraente público, nos casos em que:
      i. As cláusulas contratuais que indiquem de forma clara, precisa e inequívoca o âmbito e a natureza das eventuais modificações, bem como as condições em que podem ser aplicadas;
      ii. A alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
      iii. Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

Cláusula 13.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia da DGE.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve, sem prejuízo do que também for legalmente devido:
   a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;

b) A DGE apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

3. Prevê-se a possibilidade de cessão da posição contratual, de acordo com o previsto no artigo 318.º do CCP, se aplicável.

Cláusula 14.ª

Resolução do Contrato

1. O incumprimento por uma das partes dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos previstos no regime jurídico aplicável, à outra parte, o direito a resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais e dos demais fundamentos gerais de resolução do contrato legalmente previstos.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se existir incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação por período superior a 10 dias úteis.
3. A resolução será efetuada mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, enviada com a antecedência mínima de 10 dias úteis.
4. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo seguinte.

Cláusula 15.ª

Penalidades

1. No caso de não cumprimento das obrigações contratuais, a entidade adjudicante pode aplicar ao adjudicatário as seguintes sanções contratuais pecuniárias, em função da gravidade ou reiteração da infração:
   a) Pelo incumprimento das obrigações relativas ao dever de confidencialidade, até 1.000,00€ (mil euros), por infração;
   b) Pelo incumprimento das obrigações relativas à propriedade intelectual e dados pessoais, até 1.000,00€ (mil euros), por infração;
   c) Pelo incumprimento dos deveres de informação até 500,00€ (quinhentos euros), por infração;
   d) Pelo incumprimento da determinação que seja dirigida ao adjudicatário nos termos do presente Caderno de Encargos, nas quais se incluem as obrigações previstas na Cláusula 1.ª, até 500,00€ (quinhentos euros), por infração;
   e) Pelo incumprimento das obrigações acima elencadas, poderão ser aplicadas as referidas penalidades, não excedendo os 20% ou 30% do montante total adjudicado, consoante os casos e, de acordo com o previsto no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O pagamento das eventuais penalidades em que o adjudicatário incorra será deduzido do valor líquido da faturação da segunda outorgante.

3. As penalidades aplicadas não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.
4. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos,
5. O adjudicatário será notificado, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronuncie. Caso o adjudicatário não se pronuncie no prazo concedido, a entidade adjudicante aplica a penalidade de acordo com o n.º 2 da presente Cláusula.

Cláusula 16.ª

Mora da entidade adjudicante

1. O atraso no pagamento de quaisquer faturas regularmente emitidas não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O atraso em qualquer pagamento não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
3. Em caso de mora, os pagamentos devidos pela entidade adjudicante vencem juros, à taxa legal, desde a data em que se tornaram exigíveis e até integral pagamento, nos termos do artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Em caso de desacordo sobre o montante devido, deve o contraente público efetuar o pagamento sobre a importância em que existe concordância do cocontratante.
5. Os valores contestados pela entidade adjudicante e que vierem a ser objeto de correção não vencem juros de mora em caso de não pagamento.

Cláusula 17.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, sismos, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da segunda outorgante ou a grupos de sociedades em que esta se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
b) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da segunda outorgante, na parte em que intervenham;
c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela segunda outorgante de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
d) Manifestações populares resultantes do incumprimento, pela segunda outorgante, de normas legais;
e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da segunda outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da segunda outorgante não devidas a sabotagem;
g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar de imediato tais situações à outra parte, por qualquer meio escrito, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª

Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, são aplicáveis as seguintes regras:

a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
b) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 19.ª

Celebração do contrato escrito

O contrato será reduzido a escrito de acordo com os artigos 94.º e 96.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.ª

Comunicações e notificações

1. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e a entidade adjudicatária deverão ser efetuadas por escrito, através de correio, correio eletrónico ou de telecópia, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificado no contrato, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato, mesmo que pontuais ou temporárias, devem ser comunicadas de imediato e por escrito à outra parte.

Cláusula 21.ª

Fundamentação da decisão do procedimento

O presente procedimento por concurso público é adotado nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 112.º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos e a decisão de contratar foi tomada pelo Diretor-Geral da Educação, Doutor Pedro Cunha.

Cláusula 22.ª

Foro competente

1. Em tudo o que o presente caderno de encargos for omisso observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação e regulamentação aplicável.
2. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativas à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

O Diretor-Geral

Anexos:

Anexo I - Modelo Anexo I Art.º 57, nº 1 alínea a) do Código dos Contratos Públicos

Anexo II – Modelo Anexo II Art.º 81, nº 1 alínea a) do Código dos Contratos Públicos

Anexo III - Modelo Anexo III – Mapa de quantidade e preços

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui

contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos nº.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Mapa de quantidades e preços

Descrição	Quant.	Valor Unitário Sem IVA	Valor total sem IVA
fitas de pescoço em lanyard de pescoço em 20 x 530 mm, com um mosquetão metálico, em tecido de Poliéster sublimado com impressão de alta qualidade em ambos os lados, com imagem do desporto escolar a 5 cores	14250		- €
prancheta em madeira A4 com mola metálica, com logotipo do desporto escolar impresso numa das faces (costas) em monocromático	2600		- €
mochila compartimentos - interior forrado - 340 x 460 x 180mm (impressão logo DE monocromático)	3500		- €
coletes de cavas tamanho de adulto, tecido perfurado anti-transpirante, para identificar modalidades/desporto 4 cores diferentes (amarelos, laranja, verdes, azuis)	1500		- €
saco/mochila polyester com cordão (340 x 420 mm), com logotipo do desporto escolar impresso em monocromático	1500		- €
bonés com pala, tecido de algodão e ajustável atrás, com logotipo do desporto escolar impresso a 5 cores	1500		- €
mochila compartimentos diversos, transporte de computador, costas reforçadas, tecido impermeável, interior forrado - 340x460x180mm, com impressão logo DE monocromático	1000		- €
caneta escrita azul forrada a cortiça, com ponta borracha, com impressão logo DE monocromático	2000		- €
mochila de viagem com compartimentos - interior forrado, diferentes compartimentos interiores e 3 compartimentos exteriores com fecho ziper, com costas reforçadas e alças confortáveis e almofadadas- 340x460x180mm, com impressão logo DE monocromático	120		- €
pin metálico com bandeira de Portugal 2 cm de diâmetro em resina	900		- €
pin redondo emborrachado, em resina, 3cm diâmetro, formato lodo DE a 5 cores	900		- €
galhardetes em borracha entre os 10x13cm com impressão a cores dos 2 lados (DE+Portugal e FISEC)	250		- €
bolsa porta documentos, rectangular (passaporte+bilhete) poliéster com fecho a velcro	120		- €
pulseiras de silicones 2 cm de largura, cores florescentes (5 cores diferentes) com gravação em alto relevo (DE Portugal)	1800		- €

Descrição	Quant.	Valor Unitário Sem IVA	Valor total sem IVA
chapéu de palha (zelio) com fita de cor personalizada/sublimada com logotipo do DE Portugal + ISF	120		- €
toalhas microfibra 1200 mm x 1000 mm com logotipo do DE Portugal bordado	100		- €
bolsa porta documentos (passaporte+bilhete) poliéster com logotipo do DE Portugal estampado	100		- €
porta-chaves em Eva (cores vermelho e verde) 5x5cm com impressão 2 lados (DE Portugal)	250		- €
boina portuguesa, tecido em ganga, elástico ajustável com logotipo DE Portugal bordado na lateral	100		- €
galhardetes em borracha Portugal + ISF (13 x 8 cm)	800		- €
capa porta-documentos polyester, personalizado com logotipo do DE em monocromático	250		- €
bloco Notebook capa em cortiça com logo em alto relevo folha branca A5	250		- €
tapete de rato com apoio de punho em silicone, personalizado com logotipo do DE a cores	250		- €
pin metálico com revestimento a resina, modelo oval com logo DE a cores com 2cm de diâmetro	1000		- €
saco reutilizável em pano cru 100% algodão 38x42cm, com 2 alças	600		- €
apito em plástico, personalizado com logotipo do DE em monocromático, com fita de silicone em espiral de pulso, 4 cores diferentes	1000		- €
insígnias/emblemas em tecido bordado a cores, dimensão 64 x 75 mm, em formato de escudo, de longa durabilidade, gramagem de 180g/m2, com velcro no verso, nível II	4000		- €
insígnias/emblemas em tecido bordado a cores, dimensão 64 x 75 mm, em formato de escudo, de longa durabilidade, gramagem de 180g/m2, com velcro no verso,nível III	1000		- €
insígnias/emblemas em tecido bordado a cores, dimensão 64 x 75 mm, em formato de escudo, de longa durabilidade, gramagem de 180g/m2, com velcro no verso, nível II e nível IV	200		- €
elástico preto com velcro cozido na união final e uma aplicação de velcro centrado com o velcro de fecho 32 x 8 cm	4000		- €
estojo rígido de 30x22x6cm, design em concha e com fecho ziper, interior forrado com bolso em malha e elástico para guardar material de arbitragem	300		- €
moeda em plástico tamanho de referência 2cm (moeda 0,50 cêntimos), personalizado num dos lados com logotipo do DE em tampografia, cor verde	400		- €

Descrição	Quant.	Valor Unitário Sem IVA	Valor total sem IVA
pin metálico com resina epoxy. Personalização bandeira de Portugal Retangular (20 x 15mm, 25 x 15mm)	1000		- €
pin metálico com resina epoxy. Personalização logotipo do Desporto Escolar Oval (25 x 18mm)	1000		- €
crachá 5 cm diâmetro (ISF + DE Portugal a cores)	600		- €
bastões LDPE com válvula de insuflar (impressão palavra Portugal) - conjunto de 2 (vermelho + verde) = 1 par	300		- €
bandeira Portugal poliéster 21 x 30 cm com bastão	200		- €
bandeira Portugal poliéster 80 x 1,60 cm	200		- €
cachecol em malha com imagem de Portugal e do desporto escolar, cores da bandeira nacional 1350 mm x 200mm	200		- €
mão de animação LDPE, válvula de insuflar (cor vermelha e verde)	200		- €
óculos de sol com babeira de Portugal	200		- €
lenço poliéster, vermelho e verde 120x 80 cm	100		- €
lenço poliéster, vermelho e verde 100x 70 cm	100		- €
pulseira em tecido com impressão digital confecionadas em poliéster acetinado e impressas frente e verso 38x1,6cm, fechadas com lacre plástico	1000		- €

Total sem IVA	**- €**
Taxa de IVA	